



Utopias e distopias na comunicação: uma breve discussão sobre os modelos idealizados da comunicação¹

Carolina Dantas de Figueiredo²

Programa de Pós-graduação em Comunicação – Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/ UFPE).

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar dois paradigmas de comunicação, a comunicação totalitária e a comunicação democrática como tipos ideais. Tomamos a noção weberiana de tipo ideal para identificar tais paradigmas de comunicação, avaliando-os dentro de uma perspectiva distópica ou utópica de acordo com as representações mais recorrentes destas.

Palavras-chave: Tipo ideal, comunicação democrática e comunicação totalitária.

Democracia, totalitarismo e os tipos de comunicação

O acesso à comunicação é um dos fundamentos dos sistemas democráticos. Pressupõe-se que num regime de direito, legalmente constituído e ratificado pelo corpo social que o compõe, as informações devem fluir livremente, sendo tanto o seu acesso quanto a sua produção direito de todos os cidadãos. Bobbio define a democracia como “o governo do poder público em público” (BOBBIO, 2000, p. 98), do poder visível, o implica fundamentalmente no acesso à informação. Assim a transparência com que o regime opera distingue a democracia das tiranias, nas quais o veto ao fluxo de comunicação permite que decisões sejam tomadas arbitrariamente e sem chances de participação popular. Para ilustrar seu conceito de democracia, Bobbio nos remete à democracia grega de Péricles, da Ágora e da ecclesia, onde para deliberar e denunciar abusos do poder os cidadãos reuniam-se em locais públicos e defendiam os seus direitos pelo voto direto. Para o autor a Ágora representa justamente o acesso a informação que, neste caso circula pelo espaço público.

Strieder lembra que a corrupção acontece às escondidas, sendo assim, perceber que existe corrupção no poder é mesmo perceber que falta transparência na forma de exercício do mesmo. Em contrapartida, “na mesma medida em que se conseguir inibir a

¹ Trabalho apresentado ao II Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação

² Doutoranda em comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE) e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). Realiza pesquisas voltadas para as relações entre poder e mídia na contemporaneidade. Endereço eletrônico: caroldanfig@gmail.com.



corrupção, tornar o poder participativo e transparente, ele deixará de ser abusivo e totalitário” (STRIEDER, 2004, p. 181). Elaborar sistemas efetivos de comunicação e permitir que estes operem é um indício de maturidade democrática. Nos modelos democráticos ocidentais a democracia se efetiva pelo regime eleitoral e na vigência de liberdades e direitos que permitem ao cidadão – dentro do contrato social previamente estabelecido – circular livremente pelo seu território, ter direitos políticos (eleger e ser eleito) e poder expressar suas idéias e pensamentos. Habermas (1997) reitera que é pressuposto das democracias plenas um ambiente comunicacional favorável. A questão que se coloca é então perceber se de fato nos regimes ditos democráticos as informações circulam garantindo assim a própria democracia.

A primeira questão a ser considerada é que nas democracias ocidentais contemporâneas os órgãos de comunicação estão inseridos na mesma lógica capitalista que faz circular os demais produtos e serviços. No modelo liberal os meios de comunicação competem por posições no mercado o que, segundo Sartori (1994) levaria ao aumento da qualidade de informação levada ao público e a um controle mútuo dos veículos de informação. Por outro lado, embora o autor acredite que a multiplicação de empresas de comunicação aumenta a quantidade de informação disponível, isso não garante sua correção ou objetividade (SARTORI, 1994, p. 143). Por estarem submetidos à lógica do capital os meios muitas vezes estão mais focados em atender a interesses próprios do que em cumprir seu compromisso com a democracia de fazer circular informações relevantes e confiáveis e que exponham questões relativas ao sistema político e aos governantes.

Assim, a mídia ocupa um papel essencial neste processo, pois faz circular e legitima as informações, constituindo o que chamamos de “opinião pública”. Contudo, Habermas destaca que, em função da distorção do papel da comunicação nas democracias modernas (a comunicação serve mais à interesses particulares do que coletivos) não é possível estabelecermos a relação entre representação política e opinião pública de forma tão direta. O autor vê nesta questão um dos grandes paradoxo do sistema representativo pois, se por um lado a democracia é efetivada e legitimada por meio do voto fundamentado pelo direito de decidir dos sujeitos, por outro a participação popular não é direta, uma vez que a opinião pública acaba sendo manipulável (HABERMAS, 1997, p. 410).

O segundo ponto que consideramos relevante para a nossa análise é a percepção da comunicação como direito humano fundamental. São considerados direitos humanos todos os direitos básicos necessários para que os indivíduos vivam de forma tranqüila e



plena. Tais direitos são universais e inerentes à própria condição humana. A declaração universal dos direitos do homem e do cidadão foi assinada em 10 de Dezembro 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, ainda sob o choque da Segunda Guerra, que mostrara o potencial da humanidade em se auto-destruir. Em seu artigo 19 aparece em linhas gerais a definição do direito à informação, segundo o texto:

Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras (ONU, 1948).

Dentro desta perspectiva para que tal direito se efetive, os sujeitos devem estar inseridos em um sistema que viabilize a liberdade de expressão, preferencialmente por meio de uma mídia livre e pluralista, que respeite tanto a factualidade e a natureza dos relatos que pretende divulgar, quanto à diversidade dos sujeitos que compõem o todo social. O que nos leva às dificuldades de se realizar uma comunicação efetivamente democrática no regime capitalista. Avançando na questão do direito à comunicação temos que sua supressão é uma característica quase que elementar dos regimes totalitários. O impedimento de produzir, fazer circular e receber informações é quase tão necessário nas ditaduras quanto o uso da força bruta. Althusser trata desta questão nos seguintes termos:

“O papel do Aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração (...) o Aparelho de Estado assegura pela repressão (...) as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, p. 56).

Contudo, o autor afirma que:

Qualquer Aparelho de Estado funciona, na verdade, concomitantemente pela violência e pela ideologia. O Estado funciona primariamente pela repressão e em seguida pela ideologia e os AIE funcionam secundariamente pela repressão, embora esta seja bastante atenuada, dissimulada e até simbólica (Idem, p. 47).

Daí apreende-se que Estado atua repressivamente por meio da comunicação seja impedindo-a por meio da força bruta, seja controlando-a ideologicamente. Assim, a comunicação nos regimes totalitários é controladora e limitante, servindo para manter o poder nas mãos de ditadores e tiranos, enquanto a comunicação democrática deve ser ampla e irrestrita, permitindo que as informações sejam distribuídas em um determinado



corpo social e garantindo a representatividade política de seus membros, assim como a observação constante daqueles que estão no poder.

Dois tipos ideais de comunicação: democracia e totalitarismo

De acordo com as características mencionadas acima podemos delimitar claramente cada um dos tipos de comunicação (democrática ou totalitária) e suas implicações. Temos, contudo que nenhum dos dois modelos apresentados corresponde totalmente às realidades históricas e, por isso mesmo, estão sendo aqui tratadas como representações. Na prática temos em cada modelo de comunicação características híbridas e multifacetadas. Assim como na comunicação totalitária é possível encontrar brechas (ainda que anti-oficiais) para a manifestação dos sujeitos existe na comunicação dita democrática certa forma de controle (mesmo que sutil).

A este respeito Althusser afirma que mesmo a democracia é uma fachada para que as classes dominantes exerçam seu poder hegemônico. Para ele, enquanto houver o estado de classe, a democracia política exercerá, para manter o status quo vigente, uma “sutil dominação cotidiana” no que “Lenine chamou depois de Marx, a ditadura da burguesia” (ALTHUSSER, p. 35). Trata-se naturalmente de uma visão bastante radical, porém esta nos lembra que mesmo na democracia existe uma espécie de controle ditatorial em certa medida, assim como mesmo num regime total há os germens da democracia.

Uma possibilidade viável para o estudo da comunicação democrática e da comunicação totalitária é tomarmos estas categorias como tipos ideais. Tratamos aqui do conceito clássico de tipo ideal conforme proposto por Weber. A noção de tipo ideal constitui o essencial da contribuição weberiana à metodologia das ciências sociais e embora o termo tipo ideal se aplique a conceitos de estatutos muito diferentes³ ele dá conta de categorizar seqüências ou momento de desenvolvimento histórico. De fato, embora contemple uma gama muito ampla de fenômenos o conceito de tipo ideal se inclui numa noção “organicista” (LAZERTE, 1996) de sociedade, na qual o todo pode

³ Para Weber eram tipos ideais manifestações históricas distintas, tais como: as categorias gerais como a troca; as configurações históricas singulares: feudalismo, capitalismo, cristianismo etc; os modelos que dão conta da dinâmica de seqüências de desenvolvimento histórico (o marxismo particularmente); o complexo de representações que influenciam o comportamento empírico dos indivíduos, existência do Estado.

ser estudado por meio de suas manifestações mais evidentes. Assim a sociologia weberiana:

Constrói tipos ideais e procura descobrir as regras gerais do acontecer. A sociologia se constrói deste modo, das realidades da ação consideradas importantes a partir do ponto de vista da história e procura apreender mediante conceitos teóricos e adequados por seu sentido os fenômenos irracionais, desde que se utilize, para estabelecer causuísticas, dos tipos ideais (puros) [assim sendo:] O tipo ideal deve se basear na média, para que não se criem tipos ‘estranhos à realidade’, como feito pela economia clássica (IDEM).

Fica claro assim que o tipo ideal não existe na realidade, ele é um construto teórico que comporta e serve para explicar (e mais uma vez teoricamente) determinados sistemas sociais. Temos aqui então que tanto a comunicação democrática quanto a totalitária podem ser tidas como sistemas na medida em que funcionam enquanto fluxos de atividades e relações humanas. O tipo ideal seria uma espécie de retrato deste fluxo, na qual são destacadas algumas características mais marcantes em detrimento de outras. O tipo ideal é para Weber parte do seu projeto de fundação de uma ciência empírica da realidade (*wirklichkeitswissenschaft*) no qual se busca a neutralidade da produção científica. Nas palavras de Weber o tipo ideal é uma “forma de construção dos conceitos próprios das ciências da cultura humana” (WEBER, 1991:106).

A teoria weberiana sublinha o trabalho constante que os pesquisadores em ciências sociais têm em categorizar seus objetos. A precisão de determinados conceitos é colocada de lado em função do tipo que ele representa, de um posicionamento mais geral deste. Não existe, por exemplo, uma forma única de individualismo, ou a Idade Média não foi exatamente a mesma no decorrer de quase um milênio, mesmo assim utilizamos tais tipificações para nos referirmos aos objetos de forma mais ampla, unificados por traços comuns e reconhecíveis entre si. Trata-se de uma espécie de agrupamento “intuitivo” que permite que os objetos sejam estudados por meio de suas características empiricamente apreensíveis. Diante deste caráter empírico, o tipo ideal não é o ponto de partida da análise de determinado objeto, mas sua conceituação final, que só aparece por meio da observação de suas características. Deste modo, assim construídos e utilizados, os tipos ideais têm “um elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para a exposição” (WEBER, 1991, p. 113).

Quando tratamos de um modelo democrático ou totalitário de comunicação estamos nos referindo diretamente a tipos ideais. Quando se afirma categoricamente que a comunicação ocidental contemporânea é democrática, diz-se na realidade “aquilo que percebo como comunicação ocidental contemporânea tem características

predominantemente democráticas”. Ou seja, a democracia é o que se percebe naquele momento de determinado sistema. O mesmo é válido para a comunicação totalitária. Ambas as denominações são apenas conceituais, ou seja, em um sistema denominado democrático pode haver características que se assemelham as do modelo totalitário, ou vice-versa. Todavia, a simples oposição entre tais tipos esconde um caráter fortemente ideológico: ou toma-se partido de um modelo de comunicação ou de outro, pois ao serem observados como tipos ideais seus antagonismos são evidenciados. Porém, embora objetive os sistemas estudados, ressaltamos que os pressupostos ideológicos que separam democracia e totalitarismo na comunicação, antecedem os tipos ideais, pois o processo de objetivação envolve idealizações subjetivas dos sujeitos. Assim é possível realizar ainda uma outra afirmação. Os modelos de comunicação democrático e totalitário correspondem a tipos ideais que por se situarem em opostos extremos personificam respectivamente uma comunicação utópica e uma comunicação distópica. Ou seja um modelo “perfeito” de comunicação, que contribui com a democracia e com os direitos do homem ou um modelo “imperfeito” onde a comunicação, ou sua ausência contribui para aprisionar os indivíduos nas tiranias.

Utopias, distopias e os tipos ideais de comunicação

É possível concluirmos que os tipos de comunicação democrática e totalitária nascem dos anseios e temores da própria sociedade, ou mais especificamente daqueles setores que lidam diretamente com a comunicação. A visão democrática pressupõe que, passada a Guerra Fria, e com ela desfeita a União Soviética, último baluarte não-democrático do ocidente, a comunicação caminha – processo acelerado com o advento da internet – para integrar os povos e fortalecer a democracia não apenas localmente, mas globalmente, por permitir que as “verdades” sobre os fatos circulem e por viabilizar a expressão de pensamento, assim como o livre debate. Em contrapartida, pelo menos no ocidente, a comunicação totalitária aparece como um fantasma do que foram os regimes nazista e fascista, o populismo e as ditaduras sul-americanas, regimes de exceção e, trazendo a discussão para a contemporaneidade, sombra de países distantes, como a China ou obscuros, como as ditaduras africanas ou árabes.

Trata-se assim, dentro de uma espécie de visão darwinista das civilizações humanas, de pressupor que a tendência é caminharmos para um futuro onde “liberdade, igualdade e fraternidade” serão de fato praticadas e onde as diferenças deixarão de

existir, tendo a comunicação uma participação gloriosa neste processo, por mediar as relações humanas em todos os níveis. Por outro lado acredita-se que o totalitarismo e a tirania são males que não ameaçam mais o mundo ocidental, e que subsistem de forma residual no mundo em regimes não evoluídos ou ultrapassados, o que corresponde a uma visão ainda colonialista que na qual se crê que certas localidades (América do Norte e Europa ocidental) são mais evoluídas que o restante do mundo (países subdesenvolvidos e em desenvolvimento). Tal antagonismo começa a tornar-se menos nítido na medida em que o “capitalismo” da China se amplia, por exemplo. Assim, enquanto o país é criticado pelas agências humanitárias por seus aspectos ditatoriais, é festejado por seu desenvolvimento e por ter se tornando dentro de duas décadas um dos motores da economia mundial.

A grande questão que aqui se apresenta é que os tipos ideais de comunicação são apenas tipos, e por isso mesmo não devem se tornar libelos deste ou daquele grupo. Quando tratamos de democracia, que democracia contemplamos de fato? Quando pensamos no sistema chinês estamos refletindo sobre a China de Mao Tse-Tung, da China contemporânea, ou do que alguns autores denominam de “chinese democracy”⁴? Trata-se então de generalizar determinadas características sob tais termos, como se viu na noção de tipos ideais de Weber e mesmo, por meio de pontos de vistas particulares e ideológicos, fantasiar sobre elas.

Em função desta possibilidade de “fantasiar” sobre determinadas características dos tipos ideais, tomamos da literatura os conceitos de utopia e distopia para complementar nossa classificação dos modelos de comunicação aqui descritos. Etimologicamente, utopia significa não-lugar, por meio deste termo denominamos as sociedades harmônicas e estáveis, onde a felicidade e a paz de seus membros são perenes. Na construção imaginária das sociedades utópicas desejos e fantasias se fundem, e há um equilíbrio entre os homens e o mundo que os cerca, e que prescinde qualquer contexto histórico. Assim a utopia além de se situar num não-lugar é a-histórica. Na literatura utópica clássica isso significa que ela acontece tanto no passado quanto num futuro distante, ambos escolhidos como uma espécie de “fuga” do momento presente. No caso da comunicação utópica, sabemos que seu lugar não é o passado, porque os sistemas anteriores tendiam para o totalitarismo, nem num não-lugar no presente, uma vez que, embora democrática, a comunicação atual apenas “caminharia”

⁴ A este respeito ver a obra de Nathan, *Chinese Democracy* (NATHAN, Andrew J. *Chinese Democracy*. Califórnia: University Califórnia Press, 1986).

para a perfeição utópica, mas no futuro, quando todos os cidadãos tiverem acesso à informação, como se a evolução dos sistemas de comunicação fosse inexorável, e partindo da crença que as práticas atuais podem estabelecer parâmetros efetivos de democracia no futuro.

Em comum entre as utopias literárias e utopias na comunicação é a aura de profilaxia, de limpeza e expurgo das ameaças para a humanidade que as envolve. Como se de fato fosse possível expurgar as práticas nocivas das sociedades. Pouco objetivo, o projeto utópico é ameaçado pelas singularidades dos sujeitos, que a vida social não é capaz de anular senão pelo uso da força bruta (o que é absolutamente antidemocrático). Rousseau no seu contrato social afirma que, para evitar a guerra de todos contra todos, os homens abdicam de alguns de seus direitos em prol de outros, o que não significa em nenhuma hipótese que em sociedade haja a abdicação de todos os seus direitos naturais. É justamente nesta questão que o enlevo utópico apresenta sua maior fragilidade: como efetivar a democracia na comunicação, considerando que esta implica em poder e que os homens se atêm aos seus interesses particulares? Ou, como efetivar a democracia da comunicação no capitalismo, considerando que o desejo de democratizar meios e informações está submetido à lógica do capital? Trata-se de questões imediatas que às vezes passam despercebidas diante da crença na democracia.

A resposta para tais questões poderia ser simplesmente “por meio da tecnologia”. De fato, a tecnologia barata e acessível facilitaria a comunicação efetiva de todos com todos. Porém, a tecnologia, embora possa conduzir à democracia também pode conduzir ao totalitarismo, na medida em que permite que se exerça um maior controle sobre os sujeitos. O início do século XXI tem mostrado que, ao contrário do que se acreditava no início do século anterior, a tecnologia não é capaz de solucionar os problemas da humanidade. Pelo contrário, ela pode agravá-los, como exemplificado pela utilização da bomba atômica no final da Segunda Guerra Mundial. Deste modo, a utopia tecnológica se apresenta como distopia, possibilidade de aniquilação da humanidade e de controle.

Conceitualmente distopia é o contrario da utopia, o pesadelo, a desarmonia, a desconstrução da vida em sociedade conforme a concebemos. É na distopia que a tensão constante na qual vivemos da ameaça do homem sobre o homem se torna real. Neste contexto a liberdade é cerceada e, naturalmente as diferentes formas de comunicação passam a ser absolutamente controladas ou proibidas. O plano da distopia parece ser realizável – e neste ponto tanto quanto o das utopias – na medida em que ela é pensada

em função dos dados fornecidos pelo próprio real, sendo estes radicalizados. Enquanto as utopias da comunicação nunca se realizaram completamente no plano do real e por isso se projetam para o futuro, as distopias já aconteceram em diferentes formas e com diferentes intensidades entre as décadas de 1930 e 1980.

Daí decorrem duas implicações. A primeira é a crença dos que defendem a comunicação democrática de que a humanidade não é capaz de repetir os mesmos erros e retornar – considerando uma perspectiva evolucionista das civilizações – a um estágio anterior, ou seja, à época dos regimes totalitários. Parte-se do pressuposto que os sistemas comunicacionais estão continuamente evoluindo, se disseminando e criando raízes mais profundas no corpo social, o que serviria de blindagem contra quaisquer intentonas totalitárias. A segunda implicação é mais pessimista, pois defende que o totalitarismo deve ser continuamente analisado, pois embora não estejam na iminência de reaparecer, seu fantasma ronda a humanidade, justamente por ser o desejo do poder uma característica inerente aos indivíduos. Não se trata de acreditar que as sociedades estão podres, ou que os homens são naturalmente maus, porém não se trata de partir da crença, fundamentada em Rousseau, que o homem nasce bom, mas sim de perceber que, pelo menos diante do contexto atual, a utopia parece distante e que as crises, pelo contrário, podem acontecer a qualquer momento, diante da fragilidade das próprias instituições democráticas. Se a utopia descreve como o mundo deveria ser, a distopia nasce de uma espécie de pessimismo histórico. A utopia tem ainda a peculiaridade de apelar para a razão e para a moral do homem, libertando-o das trevas que o faziam cativo. Já a distopia questiona se é possível apelar para a razão e a moral e se coloca em posição defensiva diante de tal crença. Na dúvida, diriam os distópicos, é melhor preparar-se para rechaçar o totalitarismo do que fiar-se ingenuamente na democracia. Este ponto de vista leva a refletir como o entusiasmo com o progresso cega os indivíduos das ameaças que este mesmo progresso apresenta. Como Kumar realça:

A anti-utopia é formada pela utopia, alimenta-se dela como um parasita. Se a utopia é o original, a anti-utopia a cópia - só que, sempre colorida de preto. (...) Ela evocara o lado negro da espécie humana como o seu lado preponderante. Os homens são criaturas caídas e pecaminosas (KUMAR, 1987).

Da vigilância e seus motivos

A distopia trata assim da decadência e da falta de liberdade dos homens, no nosso caso mais especificamente da falta de liberdade de comunicar. Não por acaso, em uma das mais célebres distopias literárias, 1984, de George Orwell, a comunicação, seja por impressos ou pela TV, é rigidamente controlada pelo Ministério da Verdade, enquanto, por outro lado, os indivíduos são vigiados em tempo integral por dispositivos com câmeras, as teletelas. A grande questão que se apresenta é que, de certa forma, o cenário previsto por Orwell se concretizou. A vigilância constante por câmeras já é uma realidade efetiva. Na Inglaterra, por exemplo, os cidadãos que vivem na capital chegam a ser registrados cerca de 200 vezes por dias em sistemas de vigilância do governo e de instituições privadas. Os atentados de 11 de Setembro nos EUA abriram precedentes para que o Estado ampliasse os seus sistemas de vigilância, e a própria internet e os celulares, símbolos máximos da liberdade de comunicação na contemporaneidade são passíveis de regulação.

A segurança dos indivíduos serve de pretexto ao controle, de modo muito simplificado, abrimos mão diariamente do nosso direito à imagem – que é captada constantemente e sem que ao menos estejamos conscientemente cientes disto – em troca da possibilidade de segurança. Permitimos o bloqueio a determinados sites, por exemplo, com o pretexto de preservar nossa família. Utilizamos voluntariamente equipamentos de GPS em celulares e automóveis diante do pânico de nos evadirmos. Ou nos oferecemos para que nossas vidas sejam devassadas em reality shows (não por acaso o primeiro e mais famoso deles se chama Big Brother numa alusão ao livro de Orwell) em troca de fama ou dinheiro. Temos, de modo bastante simplificado que, em troca da segurança os próprios indivíduos estão dispostos a abrir mão das suas liberdades. O panóptico torna-se real e o enclausuramento é oferecido pelos sujeitos por medo da própria liberdade e suas implicações. A alienação e a supressão de liberdades são constantes nas distopias. Se conhecimento é poder, e se o poder deve pertencer a poucos então o conhecimento deve também ficar restrito.

O futuro da comunicação desperta debates e reflexão sobre os rumos que as sociedades devem tomar, neste sentido, paradigmas utópicos e distópicos são criados ou resgatados muito menos pelas suas respectivas características de otimismo ou pessimismo, mas pela sua capacidade de proporem análises sobre a realidade. Assim utopias e distopias acionam o imaginário sobre o futuro com base em elementos do presente, de modo que tais fabulações funcionam como crítica e reflexão do momento atual. Embora a tendência utópica seja incontestável, a lembrança distópica das Guerras

mundiais e da Guerra fria ainda é muito recente para que de descarte de vez a possibilidade de retorno de ameaças totalitárias. Sobre essa questão, é necessário avaliarmos em que medida esses sistemas políticos deixaram efetivamente de fazer parte do mundo contemporâneo, se não efetivamente, ao menos na forma de gérmen, contido em modelos de comportamento, propostas e articulações de determinados grupos. Mesmo sendo a democracia hegemônica no mundo ocidental, cabe-nos perguntar se mesmo ela, da forma como se pratica neste ou naquele país, não apresenta resquícios ou brechas para o totalitarismo. Ou se mesmo a mídia, em suas formas de posicionamento e produção de conteúdos informacionais ou de entretenimento não aponta para formas de controle coletivo dos indivíduos, como é o caso dos reality shows, como já mencionamos. Atomizados na contemporaneidade os sujeitos encontram formas para se defenderem que acabam por permitir também o controle sobre si.

Não por acaso evocamos as denominações “utopia” e “distopia” neste trabalho. Orwell, ao escrever 1984 já previa uma radicalização das formas de controle em nome da defesa dos indivíduos, da guerra constante em nome da paz, do totalitarismo em nome de barbárie. Bradbury, em Farenheit 451 e Huxley em Admirável Mundo Novo nos revelam contextos semelhantes, no primeiro a guerra é necessária para a manutenção do regime e no segundo este elemento só não aparece porque todos os conflitos bélicos já foram apaziguados pelo Estado Mundial.

Democracia, tecnologia e paranóia

A questão que efetivamente se apresenta é se, de fato, a comunicação vai nesta primeira metade de século, conseguir se estabelecer efetivamente como ferramenta de suporte dos regimes democráticos no mundo. Em contrapartida boa parte dos argumentos apresentados pelos utopistas da comunicação está fundamentada em questões tecnológicas que se referem especialmente à acessibilidade e oferta das mídias em larga escala. Não se pode descartar a validade deste argumento, pois democracia e acesso à informação são absolutamente inseparáveis. Contudo, não se pode também imaginar que a questão tecnológica por si só seria capaz de ampliar as possibilidades e o alcance da democracia. Porém, Lucien Sfez no seu A Saúde Perfeita (1996) nos lembra que a tecnologia em si é apenas um instrumental que não trás características boas ou



más, mas que as recebe de seus usuários. Por outro lado é interessante lembrar que a tecnologia é um elemento imprescindível nas distopias.

Em Retorno ao Admirável Mundo Novo (1957) Huxley já alertava para esta questão ao discutir a concentração de poder nas mãos de determinados grupos no capitalismo, o autor parte desta constatação como ponto de partida para afirmar que:

Vemos, pois, que a tecnologia moderna tem conduzido à concentração do poder econômico e político, e ao desenvolvimento de uma sociedade controlada (implacavelmente nos estados totalitários, polida e imperceptivelmente nas democracias) pelo Alto Negócio e pelo Alto Governo (HUXLEY, p. 51).

Trata-se assim de perceber se há, mesmo na democracia, uma espécie de controle subliminar, invisível, mas que, justamente por isso, permite que os indivíduos acreditem na sua plena liberdade. O autor lembra ainda a esse respeito que, assim como a tecnologia, a comunicação de massas não é boa nem má, mas é uma força que pode ser usada de acordo com os interesses de quem as controla. Daí decorre que, para Huxley, nos jogos políticos, sejam eles na democracia ou no totalitarismo, conforme o autor conheceu tais sistemas, a comunicação é utilizada com uma só finalidade: atender a interesses político-econômicos de grupos específicos:

No leste totalitário há uma censura política, e os meios de comunicação com as massas são controlados pelo Estado. No Ocidente democrático há a censura econômica e os meios de comunicação com as massas são controlados pela ‘elite do Poder (Idem).

Huxley acreditava ainda que “os vendedores de política apelam apenas para a fraqueza dos eleitores, não para sua força potencial” (HUXLEY, p. 122), daí os jogos de manipulação por meio da comunicação de massas existentes em qualquer sistema econômico. Assim, temos que, independentemente do alargamento das possibilidades de acesso aos meios de comunicação, não há um esforço político em desenvolver tal acesso, mas em manipulá-lo, ou, como afirma Huxley, manipular suas fraquezas.

Retornamos assim à questão primordial deste texto: a comunicação caminha, como que numa linha evolutiva inexoravelmente para formas de democratização plenas? De fato, não teríamos condições e nem temos condições de prever o futuro da comunicação, mas chamamos atenção para, conforme Sfez e Huxley enfatizam, a tecnologia não pode ser vista como panacéia geral para os males da humanidade. Embora teóricos como Pierre Lévy tratem de uma nova forma de democracia a partir da apropriação das tecnologias virtuais nada garante que o potencial democrático dos espaços virtuais será efetivado. Soares nos lembra que:



As transformações que têm ocorrido com a informatização dos meios de comunicação podem, certamente, ser consideradas uma verdadeira revolução. Tal caracterização se deve muito mais às inovações do aparato tecnológico do que às possíveis mudanças sociais que a perspectiva revolucionária poderia pressupor (SOARES, 1998).

Esta afirmação chama atenção para o fato de que mesmo as interações realizadas no ciberespaço podem passar por processos de padronização. Assim, para que a perspectiva utópico-democrática da comunicação se efetive é necessário que haja uma reflexão mais ampla sobre as relações mediadas pela tecnologia e os possíveis comportamentos individuais e de massa dela decorrentes. Trata-se então de se abrir mão de uma perspectiva típico-ideal dos modelos de comunicação que os opõe radicalmente para se perceber a fronteira às vezes tênue entre comunicação e totalitarismo e os riscos que as aproximações, e não os afastamentos entre elas, apresentam efetivamente para o amadurecimento da democracia no século XXI.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Presença
- AMARAL, Adriana. *Visões Perigosas: Para uma genealogia do cyberpunk*. Universidade Tuiuti do Paraná
- _____. *Blade Runner, Total Recall e Minority Report: cinema distópico e cyberpunk de Philip K. Dick*.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: Globo, 2000.
- BRASIL. *Carta de Brasília*. Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/cdhm/endlh_cartabrasilia. Acessado em: 16 de Outubro de 2007.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 6. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.



_____. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HUXLEY, ALDOUS. Retorno ao Admirável Mundo Novo. Lisboa: *Livros do Brasil*, s. d.

INTERNET. *A Internet e as novas desigualdades*. Disponível em: www.esec-canecas.rcts.pt/mario/internet-desigualdades.html.

KUMAR. *Utopia and the Anti-Utopia in Modern Times*. Basil Blackwell, 1987.

LAZARTE, Rolando. *Max Weber: ciência e valores*. Cortez ed. SP. 1996.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *El tejido comunicativo de la democracia*. In: Telos. Madrid, n.º 27, p. 13/22, septiembre-noviembre, 1991.

MIGUEL, Luís Felipe. *Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia*. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/miguel2004.pdf>. Acessado em 12 de Setembro de 2007.

ONU. *Declaração universal dos direitos humanos*. Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acessado em: 16 de Novembro de 2007.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: O debate contemporâneo*. São Paulo: Ática, 1994.

SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *A saúde perfeita*. São Paulo: Loyola, 1996.

SOARES, Delfim. *Revolução cibernética na comunicação e ilusão democrática*. Ciberlegenda, Número 1, 1998.

STRIEDER, Inácio. *A transparência democrática*. Filosofia Unisinos. Vol. 5 nº 9 JUL/DEZ 2004 .

WEBER, Max. Conceitos Sociológicos Fundamentais. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971

_____. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. In: COHN, G. (Org.) *Max Weber*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.